

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

ATIVO	Nota Explicativa	ATIVIDADES			2018	2017
		ED. SUPERIOR	ED. BÁSICA	SAÚDE	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE		107.357.596	1.094.530	24.586.826	133.038.952	134.488.933
Caixa e equivalentes de caixa	3	86.116.301	702.262	15.571.636	102.390.199	100.555.044
Créditos do ensino e hospitalares	4	17.637.998	220.891	7.474.179	25.333.068	30.544.215
Créditos diversos	5	7.303.613	263.723	130.487	7.697.823	8.466.246
(-) Provisão crédito de liquidação duvidosa	2.1 "c"	(9.969.095)	(287.530)	(426.331)	(10.682.956)	(13.638.828)
Adiantamentos de funcionamento	6	5.637.129	144.665	208.265	5.990.059	6.224.966
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	-	-	20
Estoques	2.1 "d"	491.707	49.395	1.617.509	2.158.611	2.179.077
Despesas do exercício seguinte		121.943	1.124	11.081	134.148	158.193
Bens destinados a venda		18.000	-	-	18.000	-
NÃO CIRCULANTE		307.026.764	3.832.510	42.005.525	352.864.799	346.552.241
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	7.297.781	-	43.714	7.341.495	6.816.322
INVESTIMENTOS	8	486.072	300	7.200	493.572	458.620
IMOBILIZADO	9	298.681.658	3.832.210	41.919.613	344.433.481	338.438.194
INTANGÍVEL	10	561.253	-	34.998	596.251	839.105
TOTAL DO ATIVO		414.384.360	4.927.040	66.592.351	485.903.751	481.041.174

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Téo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Jarlei Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

PASSIVO	Nota Explicativa	ATIVIDADES			2018	2017
		ED. SUPERIOR	ED. BÁSICA	SAÚDE	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE		26.354.645	610.012	8.278.529	35.243.186	36.376.303
Empréstimos e financiamentos	11	803.999	-	-	803.999	919.139
Fornecedores		3.006.148	74.617	2.508.634	5.589.399	4.715.778
Ordenados e salários		4.752.885	113.363	832.423	5.698.671	5.942.807
Contribuições a recolher		1.575.637	42.536	310.363	1.928.536	1.991.994
Impostos a recolher		2.831.697	18.517	96.608	2.946.822	3.194.443
Outras obrigações a pagar		174.346	52.229	70.876	297.451	248.861
Adiantamentos de funcionamento	12	2.612.141	63.569	2.384.906	5.060.616	6.010.284
Obrigações com terceiros		1.347.600	30.152	-	1.377.752	1.348.936
Provisões de férias com encargos		9.198.247	215.029	1.446.442	10.859.718	11.306.574
Convênios		51.945	-	-	51.945	110.620
Receitas de subvenções diferidas	26	-	-	628.277	628.277	586.867
NÃO CIRCULANTE		1.633.969	-	16.639.164	18.273.133	19.475.739
Empréstimos e financiamentos	11	268.000	-	-	268.000	976.706
Provisão para ações judiciais	13	1.365.969	-	352.000	1.717.969	1.779.407
Receitas de subvenções diferidas	26	-	-	16.287.164	16.287.164	16.719.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	386.395.746	4.317.028	41.674.658	432.387.432	425.189.132
Patrimônio Social		226.894.017	1.242.961	36.520.214	264.657.192	250.634.985
Superávit do exercício		7.868.364	216.564	61.067	8.145.995	14.022.207
Ajustes de avaliação patrimonial		151.633.365	2.857.503	5.093.377	159.584.245	160.531.940
TOTAL PASSIVO		414.384.360	4.927.040	66.592.351	485.903.751	481.041.174

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Téo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Janiel Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

	Nota Explicativa	Atividades			2018	2017
		Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		227.521.085	5.591.738	56.506.290	289.619.113	297.160.626
SERVIÇOS EDUCACIONAIS		227.521.085	5.591.738	-	233.112.823	243.693.434
Ensino		176.533.384	4.377.953	-	180.911.337	190.764.243
Pesquisa		226.101	-	-	226.101	129.629
Extensão		7.656.035	108.546	-	7.764.581	5.860.522
Outros serviços		895.961	1.424	-	897.385	923.656
Bolsas de estudo - CEBAS	16	39.131.604	1.021.025	-	40.152.629	41.757.277
Outras bolsas de estudo	16	3.078.000	82.790	-	3.160.790	4.258.107
SERVIÇOS DE SAÚDE		-	-	56.506.290	56.506.290	53.467.192
SUS		-	-	40.121.215	40.121.215	38.205.253
Convênios		-	-	11.655.368	11.655.368	10.036.159
Particulares		-	-	4.718.633	4.718.633	5.215.478
Outros serviços		-	-	11.074	11.074	10.302
(-) DEDUÇÕES		(56.207.520)	(1.332.077)	(307.279)	(57.846.876)	(60.979.065)
(-) Deduções ensino/pesquisa/extensão/outras	17	(13.997.916)	(228.262)	-	(14.226.178)	(14.896.815)
(-) Deduções de bolsas de estudos - CEBAS	23	(39.131.604)	(1.021.025)	-	(40.152.629)	(41.757.277)
(-) Deduções de outras bolsas de estudo		(3.078.000)	(82.790)	-	(3.160.790)	(4.258.107)
(-) Deduções serviços de saúde	17	-	-	(307.279)	(307.279)	(66.866)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		171.313.565	4.259.661	56.199.011	231.772.237	236.181.561
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(137.531.986)	(4.054.492)	(56.609.503)	(198.195.981)	(204.197.244)
Custos educacionais	18	(137.531.986)	(4.054.492)	-	(141.586.478)	(148.474.202)
Custos de saúde	19	-	-	(56.609.503)	(56.609.503)	(55.723.042)
RESULTADO BRUTO		33.781.579	205.169	(410.492)	33.576.256	31.984.317
(-) Despesas administrativas	20	(29.985.161)	(87.458)	(3.113.053)	(33.185.672)	(30.074.907)
(+) Outras receitas operacionais		2.789.759	645.104	38.002	3.472.865	2.196.952
(-) Outras despesas operacionais	21	(2.812.817)	(130.717)	(136.994)	(3.080.528)	(2.364.297)
(+/-) Resultado financeiro líquido		5.259.079	(474.212)	917.892	5.702.759	9.225.172
(+/-) Resultado operações internas		(1.842.399)	-	1.842.399	-	-
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		7.190.040	157.886	(862.246)	6.485.680	10.967.237
(+/-) Outras receitas e despesas		(218.350)	37.940	893.030	712.620	2.103.057
SUPERÁVIT DO PERÍODO		6.971.690	195.826	30.784	7.198.300	13.070.294

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Téo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Jaffer Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 01/JAN/2017 A 31/DEZ/2018 (Em R\$ 1,00)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTES DE AV. PATRIMONIAL	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL GERAL
SALDOS EM 01/JAN/2017	237.065.120	161.483.853	13.569.865	412.118.838
Transferência de saldo	13.569.865	-	(13.569.865)	-
Superávit do exercício	-	-	13.070.294	13.070.294
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(951.913)	951.913	-
SALDOS EM 31/DEZ/2017	250.634.985	160.531.940	14.022.207	425.189.132
Transferência de saldo	14.022.207	-	(14.022.207)	-
Superávit do exercício	-	-	7.198.300	7.198.300
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(947.695)	947.695	-
SALDOS EM 31/DEZ/2018	264.657.192	159.584.245	8.145.995	432.387.432

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Teo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Daniel Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Superávit líquido do período	7.198.300	13.070.294
(+) Depreciação e amortização	11.262.541	10.803.039
(+) Custo do imobilizado baixado	126.540	70.182
(+) Juros sobre financiamentos	280.482	2.890
(+) Doação de imobilizado	(100.949)	-
Superávit ajustado do período	18.766.914	23.946.405
Variação nos créditos do ensino e hospitalares	5.211.147	(2.954.142)
Variação nos créditos diversos (nota promissória, cheque, etc.)	768.423	164.918
Variação na provisão créditos de liquidação duvidosa	(2.955.872)	408.721
Variação nos adiantamentos de funcionamento	234.907	61.095
Variação nos impostos a recuperar	20	2.136.498
Variação nos estoques	20.466	(420.330)
Variação nas despesas exercício seguinte	24.045	45.947
Variação em bens destinados a venda	(18.000)	216.000
Variação nos ativos de longo prazo	(525.173)	(751.633)
Variação de saldo de fornecedores	873.621	(510.618)
Variação de ordenados e salários	(244.136)	237.160
Variação nas contribuições a recolher	(63.458)	20.592
Variação nos impostos a recolher	(247.621)	325.821
Variação de outras obrigações a pagar	48.590	(9.473)
Variação nos adiantamento de funcionamento passivos	(949.668)	(446.625)
Variação de obrigações com terceiros	28.816	(192.046)
Variação nas provisões de férias com encargos	(446.856)	318.827
Variação dos convênios	(58.675)	(39.546)
Variação nas subvenções a executar	41.410	498.217
Variação nos passivos de longo prazo	(493.900)	1.163.085
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	20.015.000	24.218.873
Atividades de investimentos		
Pagamento na compra de investimentos	(34.952)	(33.442)
Pagamento na compra de imobilizados	(16.915.409)	(12.509.715)
Pagamento na compra de intangíveis	(125.156)	(103.389)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(17.075.517)	(12.646.546)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos/financiamentos	212.000	-
Pagamentos de empréstimos/financiamentos	(1.316.328)	(1.173.806)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(1.104.328)	(1.173.806)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.835.155	10.398.521
Variação líquida de caixa	1.835.155	10.398.521
Saldo Inicial em 01/JAN	100.555.044	90.156.523
Saldo Final em 31/DEZ	102.390.199	100.555.044

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Téo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Jarlei Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

	2018	2017 Reclassificado
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas		
Receitas das atividades	271.924.866	277.938.838
Outras receitas	1.349.455	952.558
Recursos públicos contabilizados como receitas	873.212	1.091.081
(-) Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(1.026.247)	(1.479.299)
Insumos adquiridos de terceiros		
(-) Custo dos serviços vendidos	(39.656.186)	(39.946.360)
(-) Despesas administrativas e outros	(11.595.652)	(8.332.066)
Valor Adicionado Bruto	221.869.448	230.224.752
(-) Depreciações, amortização e exaustão	(11.257.190)	(10.803.039)
Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade	210.612.258	219.421.713
Receitas financeiras	10.675.204	12.763.811
Doações recebidas	325.382	733.643
Aluguéis recebidos de terceiros	1.107.003	1.240.477
Total do Valor Adicionado a distribuir	222.719.847	234.159.644
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho (pessoal, encargos e benefícios)	168.805.883	174.495.679
Impostos, taxas e contribuições	332.316	11.392
Bolsas de estudo a estudantes carentes	40.152.629	41.757.277
Capital de terceiros	13.429.019	17.895.296
Despesas financeiras	4.972.445	3.538.639
Aluguéis pagos	1.258.274	1.286.363
Superávit do exercício	7.198.300	13.070.294
Total do Valor Destinado ou Distribuído	222.719.847	234.159.644

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Prof. Genesio Téo
Presidente
CPF 296.720.159-68


Jarlei Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Contexto Operacional

A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, criada pela Lei do Município de Joaçaba nº 545, de 28/NOV/68, como pessoa jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado, enquadrada no artigo 242 da Constituição Federal, qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES), pela Portaria MEC/SERES nº 634, de 30 de outubro de 2014, de caráter educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, que atua na Educação Superior, do Colégio Superação e do Colégio Expressivo que atuam na Educação Básica, os quais tem por finalidade a educação, a pesquisa e a extensão, como mecanismos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, e do Hospital Universitário Santa Terezinha que tem por finalidade promover a saúde da população pelo atendimento médico, hospitalar, ambulatorial e farmacológico, ambas regidas por estatuto social e pelas legislações aplicáveis. Foi decretada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.040/82, utilidade pública estadual pela Lei nº 4.535/70 e de utilidade pública federal conforme dispõe o art. 2º, I, "a" c/c art. 84-B da Lei nº 13.019/2014 atualizado pela Lei nº 13.204 de 2015 (concedido originalmente pelo Decreto nº 87.741/82). O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foi renovado pelo Ministério da Educação pela Portaria nº 4 de 12/JUN/18, DOU 18/JUN/18, para o triênio de 01/JAN/13 a 31/DEZ/15; em 17/DEZ/15 por meio do processo nº 23000.024071/2015-98, requerendo renovação do CEBAS para o triênio 01/JAN/16 a 31/DEZ/18; em 12/DEZ/18 por meio do processo nº 23000.040263/2018-94, requerendo renovação do CEBAS para o triênio 01/JAN/19 a 31/DEZ/21, os quais encontram-se no aguardo de análise.

2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e o que dispõe a Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14.

O detalhamento de tabelas nestas notas explicativas em relação ao exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que pode afetar valores reportados de ativos e passivos em especial na divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela administração da entidade em 14/MAR/19.

2.1- Base de Elaboração

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração avaliou a capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que estão mensurados ao valor justo e ao Imobilizado que está avaliado com base no custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Com relação às principais práticas contábeis foram observados e adotados os seguintes procedimentos:

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses estão classificados como itens não circulantes.



b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata ou aquelas para as quais não existem restrições para o resgate imediato. Estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Créditos do Ensino, Hospitalares, Diversos e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os créditos de ensino decorrem de valores correspondentes as mensalidades das atividades das educacionais vencidas até a data do balanço. Os créditos hospitalares correspondem aos valores vencidos e a vencer decorrentes da prestação de serviços de saúde e os créditos diversos estão representados pelos demais valores a receber, também decorrentes das atividades da Entidade.

Para fins de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa a Entidade a constitui em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. O critério utilizado é a totalidade dos créditos provenientes de títulos a receber (mensalidades) vencidos a mais de 180 dias e para os outros créditos (cheques, notas promissórias, etc), a provisão está constituída sobre a totalidade de valores vencidos a mais de 90 dias.

d) Estoques

Os produtos em estoque estão demonstrados pelo custo médio de aquisição líquidos de eventuais provisões para perdas, quando aplicável.

e) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

f) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, ajustado pelo custo atribuído (de acordo com o ICPC10), deduzidos das depreciações acumuladas. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens, sendo: 10% a 33,3% para móveis e utensílios, 10% a 33,3% máquinas/equipamentos, 20% para acervo bibliográfico, de a 20 a 50% veículos, 12,5% a 50% para equipamentos de informática, 2,22% para Imóveis (Construções e benfeitorias) e 20% de amortização para software.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo atribuído menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados e são submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade. Os que possuem vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada e são submetidos ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que podem estar desvalorizados.

h) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades da Entidade e estão classificados no passivo circulante quando os prazos de vencimento são de até um ano e no passivo não circulante para prazos superiores.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

i) Imposto de Renda e Contribuições Sociais

A Fundação goza de imunidade tributária de impostos, conforme art. 150, inciso VI, alínea "c" e contribuições sociais conforme art. 195, § 7º ambos da Constituição Federal de 1988, por se tratar de instituição de educação e entidade beneficente de assistência social que atende às exigências estabelecidas em lei.

j) Provisão para Férias e Encargos

É constituída em função do período aquisitivo até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais.

k) Subvenções e Assistências Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições são satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, atendidas as condições da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Entidade recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao princípio contábil da competência.

3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta conta apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Caixa	56.322	5.530	4.151	66.003	112.208
Bancos	470.014	5.669	12.561	488.244	634.524
Banco conta vinculada	12	-	24.001	24.013	25.172
Aplicações financeiras sem vinculação	85.523.895	691.063	14.631.486	100.846.444	97.928.952
Aplicações financeiras contas vinculadas	66.058	-	899.437	965.495	1.854.188
Total	86.116.301	702.262	15.571.636	102.390.199	100.555.044

4 – Créditos do Ensino e Hospitalares

A conta apresenta os créditos do ensino superior e básico e os créditos hospitalares por serviços prestados aos convênios (públicos e privados) e particulares, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Créditos de Mensalidades do Ensino Superior	10.657.006	-	-	10.657.006	12.527.038
Créditos de Mensalidades do Ensino Básico	-	218.293	-	218.293	208.189
Créditos do Fies	1.393.493	-	-	1.393.493	2.268.835
Crédito Educativo Institucional	921.423	-	-	921.423	773.283
Créditos de Pós-Graduação	3.019.589	-	-	3.019.589	2.510.043
Créditos de Extensão	1.579.963	2.598	-	1.582.561	303.490
Créditos da Pesquisa	47.225	-	-	47.225	10.406
Créditos de Convênio	19.299	-	-	19.299	4.375.830
Créditos hospitalares de convênios	-	-	7.296.505	7.296.505	7.376.840
Créditos hospitalares de particulares	-	-	177.674	177.674	190.261
Total	17.637.998	220.891	7.474.179	25.333.068	30.544.215

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

5 - Créditos Diversos

Esta conta apresenta a composição a seguir:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Cheques devolvidos	886.097	22.357	29.143	937.597	1.111.207
Cheques em custódia	1.025.526	-	28.960	1.054.486	1.267.129
Cheques a receber	137.523	73.982	-	211.505	212.470
Notas promissórias a receber	3.957.959	129.252	-	4.087.211	4.058.578
Titulos renegociados	737.412	-	-	737.412	604.816
Cartão de crédito	516.755	26.969	72.236	615.960	504.103
Outras contas a receber	42.341	11.163	148	53.652	707.943
Total	7.303.613	263.723	130.487	7.697.823	8.466.246

6 - Adiantamentos de Funcionamento

Esta conta apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Adiantamentos de fornecedores	34.110	3.069	90.000	127.179	130.384
Adiantamentos de pessoal (salário, férias)	5.603.019	141.596	118.265	5.862.880	6.094.582
Total	5.637.129	144.665	208.265	5.990.059	6.224.966

7 - Realizável a Longo Prazo

O realizável a longo prazo apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Depósitos judiciais	1.173.622	-	43.714	1.217.336	1.603.128
Crédito educativo institucional	5.312.077	-	-	5.312.077	3.512.773
Provisões para imobilizações futuras	-	-	-	-	1.000.000
Créditos diversos	812.082	-	-	812.082	700.421
Total	7.297.781	-	43.714	7.341.495	6.816.322

Os depósitos judiciais referem-se a recursos decorrentes de ações trabalhistas em tramitação e depósito judicial de ação de desapropriação de imóvel urbano no município de Xanxerê, SC.

8 - Investimentos

A conta de investimentos apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Obras de arte	17.700	-	7.200	24.900	19.200
Cotas de capital de Cooperativas de Crédito	468.372	300	-	468.672	439.420
Total	486.072	300	7.200	493.572	458.620

9 - Imobilizado

A conta de Ativo Imobilizado apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18			31/DEZ/17
	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Acervo bibliográfico	20.170.932	(14.616.912)	5.554.020	6.071.312
Benfeitorias em propriedades terceiros	863.644	(82.585)	781.059	831.128
Direito de uso software	175.894	(133.829)	42.065	13.507
Edifícios e instalações	194.880.322	(17.899.188)	176.981.134	173.776.891
Equipamentos de informática	15.989.355	(11.516.141)	4.473.214	2.638.995

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18			31/DEZ/17
	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas, equipamentos e aparelhos	46.460.163	(25.552.755)	20.907.408	22.227.714
Móveis, utensílios e ferramentas	18.375.731	(14.667.378)	3.708.353	4.006.766
Poço artesiano	194.673	(77.870)	116.803	120.112
Terrenos	117.931.967	-	117.931.967	115.630.475
Veículos	2.153.392	(1.156.047)	997.345	871.417
Juros s/ aquisição de imobilizado	410.456	(167.657)	242.799	251.912
Leasing de veículos	40.813	(40.813)	-	-
Leasing máquinas e equipamentos	593.169	(593.169)	-	10.970
Tratores	138.400	(51.815)	86.585	40.407
Florestamento e reflorestamento	2.214	-	2.214	2.214
Obras preliminares e complementares	4.684.373	(1.243.303)	3.441.070	2.949.104
Imobilizações em andamento	9.167.445	-	9.167.445	8.995.270
Total	432.232.943	(87.799.462)	344.433.481	338.438.194

O ativo imobilizado da Instituição apresentou o seguinte movimento:

Descrição	Saldo líquido em 2017	Adições	Doações	Transferências	Custo do bem	Depreciação anual	Saldo líquido em 2018
Acervo bibliográfico	6.071.312	502.964	26.122	-	(1.270)	(1.045.108)	5.554.020
Benefitorias em propriedades terceiros	831.128	-	-	-	(26.943)	(23.126)	781.059
Direito de uso software	13.507	41.441	-	-	-	(12.883)	42.065
Edifícios e instalações	173.776.891	4.058.951	-	2.285.058	-	(3.139.766)	176.981.134
Equipamentos de informática	2.638.995	3.093.447	1.184	49.095	(9.630)	(1.299.877)	4.473.214
Máquinas, equipamentos e aparelhos	22.227.714	2.436.972	59.182	(69.881)	(45.759)	(3.700.820)	20.907.408
Móveis, utensílios e ferramentas	4.006.766	832.864	14.461	-	(7.214)	(1.138.524)	3.708.353
Poço artesiano	120.112	5.200	-	-	-	(8.509)	116.803
Terrenos	115.630.475	2.301.492	-	-	-	-	117.931.967
Veículos	871.417	441.772	-	-	(21.150)	(294.694)	997.345
Juros s/ aquisição de imobilizado	251.912	-	-	-	-	(9.113)	242.799
Leasing de veículos	-	-	-	-	-	-	-
Leasing máquinas e equipamentos	10.970	-	-	-	-	(10.970)	-
Tratores	40.407	74.900	-	-	-	(28.722)	86.585
Florestamento e reflorestamento	2.214	-	-	-	-	-	2.214
Obras preliminares e complementares	2.949.104	66.800	-	607.585	-	(182.419)	3.441.070
Imobilizações em andamento	8.995.270	3.058.606	-	(2.871.857)	(14.574)	-	9.167.445
Total	338.438.194	16.915.409	100.949	-	(126.540)	(10.894.531)	344.433.481

10 – Intangível

Os valores de intangível apresentam a seguinte composição.

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18			31/DEZ/17
	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Carteira de clientes	5.097.804	(5.097.804)	-	-
Direito de uso softwares	3.730.119	(3.133.868)	596.251	839.105
Total	8.827.923	(8.231.672)	596.251	839.105

O ativo intangível da Instituição apresentou o seguinte movimento:

Descrição	Saldo líquido em 2017	Adições	Custo do bem	Amortização anual	Saldo líquido em 2018
Direito de uso software	839.105	125.156	-	(368.010)	596.251
Total	839.105	125.156	-	(368.010)	596.251

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

11 – Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não-Circulante

Composição dos valores das contas de empréstimo e financiamentos registrados no passivo circulante:

Passivo Circulante				Em R\$ 1,00	
Descrição	Taxa	Garantia	Vcto	31/DEZ/18	31/DEZ/17
Bco Santander/BNDES (60063690-01/1)	5,00% UMBNDES	b	ABR/20	60.589	51.668
Bco Santander/BNDES (60063690-01/2)	4,30% UMBNDES	b	ABR/20	136.354	116.277
Bco Santander/BNDES (60063690-01/3)	4,30% UMBNDES	b	ABR/20	272.708	232.554
Bco Santander/BNDES (60063690-01/4)	5,30% URTJLP	b	ABR/20	334.348	332.030
Banco do Brasil - FINAME	3,00% aa	a	MAI/17	-	186.610
TOTAL				803.999	919.139

Composição dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante:

Passivo Não Circulante				Em R\$ 1,00	
Descrição	Taxa	Garantias	vcto	31/DEZ/18	31/DEZ/17
Bco Santander/BNDES (60063690-01/1)	5,00% UMBNDES	b	ABR/20	20.196	68.890
Bco Santander/BNDES (60063690-01/2)	4,30% UMBNDES	b	ABR/20	45.451	155.036
Bco Santander/BNDES (60063690-01/3)	4,30% UMBNDES	b	ABR/20	90.903	310.073
Bco Santander/BNDES (60063690-01/4)	5,30% URTJLP	b	ABR/20	111.450	442.707
TOTAL				268.000	976.706

Garantias: a) Penhor dos próprios bens financiados; b) A garantia é o aval dos diretores.

12 - Adiantamentos de Funcionamento

Os adiantamentos de funcionamento apresentam a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Adiantamento de clientes	2.607.505	63.569	93.500	2.764.574	2.626.304
Fies a pagar	4.636	-	-	4.636	1.103.387
Repasso de serviços médicos	-	-	2.291.406	2.291.406	2.280.593
Total	2.612.141	63.569	2.384.906	5.060.616	6.010.284

13 - Ações Judiciais

Os valores de estão registrados com base na opinião e estimativas dos assessores jurídicos e referem-se às contingências de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração considera que o valor provisionado é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Provisão de ações judiciais trabalhistas	968.000	-	55.000	1.023.000	247.000
Provisão de ações judiciais tributárias	295.847	-	-	295.847	284.751
Provisão de ações judiciais cíveis	102.122	-	297.000	399.122	1.247.656
Total	1.365.969	-	352.000	1.717.969	1.779.407

14 – Patrimônio Líquido

Em 31/DEZ/18 o patrimônio líquido da Entidade apresenta saldo de R\$ 432.387.432 (quatrocentos e trinta e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e trinta e dois reais), em 31/DEZ/17 apresentava o saldo de R\$ 425.189.132 e se refere aos resultados acumulados desde o início das atividades da Entidade e ajustes de avaliação patrimonial.

15 – Aplicação dos Recursos

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

16 – Receitas de Bolsas de Estudo

Conforme a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a qual trata de Entidades Sem Finalidade de Lucros, a Fundação passou a registrar de forma segregada a receita das atividades de educação, destacando a parcela não recebida da receita como bolsas efetivamente concedidas.

O montante de receitas concedidas em Bolsas de Estudo Cebas se refere a gratuidade concedida para o cumprimento da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 com a finalidade de manutenção da certificação como entidade beneficente de assistência social. As receitas concedidas em outras bolsas de estudo são aquelas vinculadas ao cumprimento de convênios com órgãos governamentais e outras entidades, bem como àquelas decorrentes de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

17 – Deduções dos Serviços Educacionais e Hospitalares

Os valores registrados nesta conta são: na atividade de ensino oriundos de descontos incondicionais concedidos e cancelamento de mensalidades; na atividade de hospitalar se referem a glosas/rejeições de SUS e Convênios.

18 - Custos dos serviços das atividades em educação

Os custos das atividades em educação correspondem as seguintes contas:

CUSTOS EDUCACIONAIS	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18			31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	109.642.168	2.973.058	112.615.226	118.064.386
Terceiros	9.101.582	230.095	9.331.677	10.336.967
Materiais	3.982.470	656.155	4.638.625	4.383.088
Outras *	7.456.635	138.195	7.594.830	7.906.312
Depreciações e amortizações	6.639.966	56.989	6.696.955	6.419.811
Bolsas de estudo	709.165	-	709.165	1.363.638
TOTAL	137.531.986	4.054.492	141.586.478	148.474.202

* No grupo de contas "outras" estão somados custos de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, água, energia elétrica, aluguéis, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

19 - Custos dos serviços da atividade em Saúde

O custo da atividade em saúde corresponde as seguintes contas:

CUSTOS DA SAÚDE	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/18	31/DEZ/17
Pessoal, encargos e benefícios	35.091.606	35.821.876
Terceiros	1.884.508	1.552.247
Materiais	14.987.357	14.122.809
Outras *	1.714.886	1.537.456
Depreciações e amortizações	2.931.146	2.688.654
TOTAL	56.609.503	55.723.042

* No grupo de contas "outras" estão somados custos de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, bolsas de estudo, água, energia elétrica, aluguéis, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

20 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem as seguintes contas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18			31/DE/17
	Ensino	Saúde	Consolidado	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	18.785.575	2.313.476	21.099.051	20.609.417
Terceiros	7.295.063	547.294	7.842.357	5.944.919
Materiais	1.299.426	94.704	1.394.130	795.014
Outras *	987.526	102.812	1.090.338	824.208
Depreciações e amortizações	1.574.322	54.767	1.629.089	1.694.574
Bolsas de estudo	130.707	-	130.707	206.775
TOTAL	30.072.619	3.113.053	33.185.672	30.074.907

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

* No grupo de contas "outras" estão somadas despesas de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, contribuições a entidades de classe, água, energia elétrica, aluguéis, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

21 – Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais têm a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Perdas estimadas com crédito liquidação duvidosa	2.495.460	127.785	124.967	2.748.212	2.352.905
Tributárias	317.357	2.932	12.027	332.316	11.392
Total	2.812.817	130.717	136.994	3.080.528	2.364.297

22 – Custos e Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal englobam as remunerações e todos os encargos sociais incidentes, exceto a contribuição ao INSS (quota patronal), imunidade tributária que a Fundação usufrui decorrente do art. 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 e pela aplicação em gratuidades pela certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social. Essas despesas, sem a inclusão dos valores da contribuição ao INSS quota patronal, foram:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18				31/DEZ/17
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Custos com Pessoal	109.642.168	2.973.058	35.091.606	147.706.832	153.886.262
Despesas com Pessoal	18.698.117	87.458	2.313.476	21.099.051	20.609.417
Total de Custos e Despesas com Pessoal	128.340.285	3.060.516	37.405.082	168.805.883	174.495.679
Receita Operacional Bruta	227.521.085	5.591.738	56.506.290	289.619.113	297.160.626
Percentual Sobre a Receita Operacional Bruta	56,41%	54,73%	66,20%	58,29%	58,72%

A Fundação é uma Instituição criada pelo poder público, contudo, mantida com recursos privados. Dessa forma, não necessita observar os critérios estabelecidos pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que vincula parte da receita a ser aplicada com despesas de pessoal.

23 - Gratuidades nas Atividades Assistenciais da Educação

Na escrituração contábil os atos e fatos são segregados por área de atuação obedecendo a critérios específicos a fim de possibilitar a comprovação dos requisitos para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em Educação e Saúde, em consonância com a Interpretação ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial o item 27, "m", bem como os artigos 13 e 13A da Lei nº 12.101/09 com alterações posteriores e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14.

23.1 - Concessão de Bolsas de Estudo Integrais e Parciais de 50%

Como Mantenedora de instituição de educação superior e de educação básica, as atividades de assistência social desenvolvidas pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC – consistem em concessão de bolsas de estudos integrais e parciais de 50% com escopo de incluir estudantes socioeconomicamente carentes na educação superior e na educação básica.

23.1.1 – Bolsas Concedidas a Estudantes de Graduação da Educação Superior

Por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), na forma do caput do art. 11 da Lei no 11.096/05, a Fundação atende as condições previstas no art. 13A, da Lei 12.101/09, com alterações posteriores, e concede bolsas integrais e bolsas parciais de 50%, a estudantes pré-selecionados pelo MEC.

Nos termos do § 3º, art. 13A, da Lei 12.101/09 com alterações posteriores e, para atendimento das vagas de bolsas ofertadas e não preenchidas no âmbito do Prouni, excepcionalmente, são concedidas bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% oferecidas fora do Prouni a alunos selecionados pelo perfil socioeconômico, brasileiros, não portadores de diploma de curso superior, preferencialmente provenientes de escolas públicas, que mantenham bom aproveitamento acadêmico e que atendam o critério de renda

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais e até 3 (três) salários mínimos para bolsas de estudo parciais de 50%.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de bolsas de estudo e montante destinado

Educação Superior	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	2011	26.208.684
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	9	107.982
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	1970	12.056.668
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	50	628.141
Montante destinado a bolsas de estudo		39.001.475

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo
Art. 13A e 13C da Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)

Educação Superior	Número de alunos e de bolsas de estudo
a) Número de alunos matriculados (Censo)	14.360
b) Número total de Alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	2.020
c) Número de Alunos pagantes (<i>alunos matriculados (a) - bolsas integrais - (b)</i>)	12.340
d) Número total de Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	2.020
e) Número total de bolsas integrais equivalentes (<i>bolsas integrais (b) + bolsas parciais (d) x 0,5</i>)	3.030
f) Quantidade mínima de bolsas 1/5 (<i>uma bolsa integral equivalente para cada 5 alunos pagantes (c) / 5</i>)	2.468
g) Saldo da proporção 1/5 (<i>e) - (f)</i>)	(+) 562 atendido
h) Quantidade mínima de bolsas 1/9 (<i>uma bolsa integral para cada 9 alunos pagantes (c) / 9</i>)	1.372
i) Saldo da proporção 1/9 (<i>b) - (h)</i>)	(+) 648 atendido

23.1.2 - Bolsas Concedidas a Estudantes da Educação Básica

Nos termos do art. 13, da Lei 12.101/09 com alterações posteriores, no âmbito da Educação Básica, a Fundação concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% aos estudantes que se enquadram no perfil socioeconômico, preferencialmente que residam próximo dos colégios e que atendam o critério de renda familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais e até 3 (três) salários mínimos para bolsas de estudo parciais de 50%.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de Bolsas de Estudo e Montante Destinado

Educação Básica	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	88	590.545
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	132	430.480
Montante destinado a bolsas de estudo		1.021.025

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo
Art. 13 e 13C da Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)

Educação Básica	Número de alunos e de bolsas de estudo
a) Número de alunos matriculados (Censo)	791
b) Número total de Alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	88
c) Número de Alunos pagantes (<i>alunos matriculados (a) - bolsas integrais - (b)</i>)	703
d) Número total de Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	132
e) Número total de bolsas integrais equivalentes (<i>bolsas integrais (b) + bolsas parciais (d) x 0,5</i>)	154
f) Quantidade mínima de bolsas 1/5 (<i>uma bolsa integral equivalente para cada 5 alunos pagantes (c) / 5</i>)	141
g) Saldo da proporção 1/5 (<i>e) - (f)</i>)	(+) 13 atendido
h) Quantidade mínima de bolsas 1/9 (<i>uma bolsa integral para cada 9 alunos pagantes (c) / 9</i>)	79
i) Saldo da proporção 1/9 (<i>b) - (h)</i>)	(+) 9 atendido

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

23.2 - Concessão de Bolsas de Estudo TAG – Termo de Ajuste de Gratuidade

Adicionalmente as bolsas de estudo concedidas conforme nota explicativa anterior (23.1), excepcionalmente, são concedidas bolsas de estudo integrais a alunos selecionados pelo perfil socioeconômico, brasileiros, não portadores de diploma de curso superior, preferencialmente provenientes de escolas públicas, que mantenham bom aproveitamento acadêmico e que atendam o critério de renda familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais, e até 3 (três) salários mínimos, para bolsas de estudo parciais de 50%, conforme dispõe a Portaria nº 4, de 12/JUN/2018, exarada nos autos do processo nº 23000.011213/2012-12 pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no cumprimento do Termo de Ajuste de Gratuidade nº 04/18.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de bolsas de estudo e montante destinado

Educação Superior e Básica	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Educação Superior)	19	130.129
Montante destinado a bolsas de estudo		130.129

24 – Gratuidades na Atividade Hospitalar

Na atividade hospitalar, o Hospital Universitário Santa Terezinha – HUST, mantido pela FUNOESC, atende o que dispõe a Lei nº 12.101/09 com alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e aplicou as disposições no art. 143, § único, inciso I combinado com art. 146 e 153 da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 1/17 (consolidou a redação da Portaria nº 834/16), ofertando a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% e comprovando, anualmente, com base no somatório das internações hospitalares e dos atendimentos ambulatoriais.

Composição dos atendimentos na atividade hospitalar da mantida HUST	2018		2017	
	Nº	%	Nº	%
Internações hospitalares	39.930	100	34.882	100,00
Número de paciente-dia/ano SUS	34.031	85,23	29.064	83,32
Número de paciente-dia/ano não SUS	5.899	14,77	5.818	16,68
Atendimentos ambulatoriais	231.111	100	195.134	100,00
Número de atendimentos ambulatoriais/ano SUS	219.920	95,16	183.110	93,84
Número de atendimentos ambulatoriais/ano não SUS	11.191	4,84	12.024	6,16

Em 2018 o HUST prestou serviços ao Serviço Único de Saúde – SUS em proporção superior ao mínimo exigido na legislação. Em internações hospitalares atingiu percentual de 85,23%, medidas por paciente-dia; em 2017 atingiu 83,32%. Em atendimentos ambulatoriais atingiu percentual de 95,16%; em 2017 atingiu 93,84%.

25 - Imunidades de Contribuições Sociais Usufruídas

Em contrapartida aos valores aplicados em gratuidades, a FUNOESC usufruiu de imunidade das contribuições sociais. Em atendimento as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, em especial o item 27 "c" da ITG 2002 (R1) que trata de entidades sem finalidade de lucros, relacionamos os tributos vinculados a atividade:

25.1 - Atividade Educacional:

Composição dos benefícios fiscais usufruídos (contribuições sociais)	Em R\$ 1,00			
	2018			2017
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
INSS – Contribuição Previdenciária	28.269.480	299.772	28.569.252	29.421.730
COFINS – Contribuição Financiamento Seguridade Social	5.139.407	127.790	5.267.197	5.483.437
Valor das imunidades de contribuições sociais usufruídas	33.408.887	427.562	33.836.449	34.905.167

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 84.592.369/0001-20

25.2 - Atividade Hospitalar:

Composição dos benefícios fiscais usufruídos (contribuições sociais)	Em R\$ 1,00	
	2018	2017
INSS – Contribuição Previdenciária	3.870.385	3.960.093
COFINS – Contribuição Financiamento Seguridade Social	1.696.269	1.602.010
Valor das imunidades de contribuições sociais usufruídas	5.566.654	5.562.103

26 – Receitas de Subvenções Diferidas

As receitas de subvenções diferidas, registradas no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, estão classificadas conforme norma do Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG 07 (R2) a qual dispõe sobre subvenção e assistência governamentais e referem-se a recursos recebidos por meio de convênios com o Estado de Santa Catarina para aquisição de equipamentos hospitalares, revitalização e ampliação do Hospital Universitário Santa Terezinha em Joaçaba – SC. Estas receitas de subvenções serão transferidas para o resultado em base sistemática durante o prazo de vida útil dos respectivos ativos.

27 - Cobertura de Seguros

O Imobilizado da Fundação está totalmente segurado, com cobertura total contra roubo, vendaval, inundação, incêndio, baixa voltagem, descarga elétrica. O seguro compreende os imóveis, as instalações, móveis e utensílios, maquinários e equipamentos, acervos, almoxarifado e veículos.

28 – Evento subsequente

A Funoesc arrematou, de forma originária, os bens (móveis e utensílios, equipamentos, acervo, laboratórios e outros) e direitos acadêmicos sobre os alunos, relacionados nos autos do processo nº RTOrd 0000577-83.2016.5.12.0025, cujo executado é a Celer Faculdades LTDA, pelo montante de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). A aquisição ocorreu por arrematação em praça única conforme Autos de Arrematação de 12/FEV/2019.



Prof. Genesio Teo
Presidente
CPF 296.720.159-68



Jarlei Sartori
Contador CRC/SC 022.105/O-6
CPF 014.578.699-42

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina ("Fundação"), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

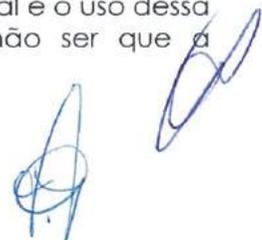
Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a



administração pretenda extinguir a Fundação destinando o seu patrimônio para outra instituição congênere, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cascavel-PR, 14 de março de 2019.

MJK AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR Nº 007.250/O-8 S/SC


JANDIR KOTTVITZ
CONTADOR CRCPR Nº 035.534/O-5 S/SC



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA CNPJ: 84.592.369/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

ATIVO	Nota Explicativa	ATIVIDADES			2018	2017
		ED. SUPERIOR	ED. BÁSICA	SAÚDE	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE		107.357.596	1.094.530	24.566.826	133.038.952	134.488.933
Caixa e equivalentes de caixa	3	86.116.301	702.262	15.571.636	102.380.199	100.555.044
Créditos do ensino e hospitalares	4	17.637.996	220.891	7.474.179	25.333.068	30.544.215
Créditos diversos	5	7.303.813	263.723	130.487	7.697.823	8.466.246
(-) Provisão crédito de liquidação duvidosa	2.1 "c"	(8.969.055)	(287.530)	(426.531)	(10.682.955)	(13.638.828)
Adiantamentos de funcionamento	6	5.837.129	144.665	208.265	5.990.059	6.224.966
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	-	-	20
Estoques	2.1 "d"	491.707	49.395	1.617.509	2.158.611	2.179.077
Despesas do exercício seguinte		121.943	1.124	11.081	134.148	158.193
Bens destinados a venda		18.000	-	-	18.000	-
NÃO CIRCULANTE		307.026.754	3.832.910	42.005.525	352.864.799	346.552.241
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	7.297.781	-	43.714	7.341.495	6.816.322
INVESTIMENTOS	8	486.072	300	7.200	493.572	458.620
IMOBILIZADO	9	298.681.658	3.832.210	41.919.613	344.433.481	338.438.194
INTANGÍVEL	10	561.253	-	34.998	596.251	839.105
TOTAL DO ATIVO		414.384.360	4.927.040	66.592.351	485.903.751	481.041.174

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)
Prof. Genesio Téo CPF 296.720.159-68
Presidente Jarlei Sartori CPF 014.578.699-42
Contador CRC/SC 022.105/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

Atividades Operacionais	2018	2017
	Superávit líquido do período	7.198.300
(+) Depreciação e amortização	11.262.541	10.803.039
(+) Custo do imobilizado baixado	125.540	70.182
(+) Juros sobre financiamentos	280.482	2.890
(+) Doação de imobilizado	(100.949)	-
Superávit ajustado do período	18.766.914	23.946.405
Varição nos créditos do ensino e hospitalares	5.211.147	(2.954.142)
Varição nos créditos diversos (nota promissória, cheque, etc.)	768.423	164.918
Varição na provisão créditos de liquidação duvidosa	(2.955.872)	408.721
Varição nos adiantamentos de funcionamento	234.907	61.095
Varição nos impostos a recuperar	20	2.136.499
Varição nos estoques	20.466	(420.330)
Varição nas despesas exercício seguinte	24.045	45.947
Varição em bens destinados a venda	(18.000)	216.000
Varição nos ativos de longo prazo	(525.173)	(751.535)
Varição de saldo de fornecedores	873.621	(510.616)
Varição de ordenados e salários	(244.136)	237.160
Varição nas contribuições a recolher	(63.468)	20.592
Varição nos impostos a receber	(247.621)	325.521
Varição de outras obrigações a pagar	48.590	(9.473)
Varição nos adiantamentos de funcionamento passivos	(949.688)	(446.825)
Varição de obrigações com terceiros	28.816	(192.046)
Varição nas provisões de férias com encargos	(446.856)	318.527
Varição dos convênios	(58.675)	(30.542)
Varição nas subvenções a executar	41.410	498.217
Varição nos passivos de longo prazo	(493.900)	1.163.985
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	20.015.000	24.218.873
Atividades de investimentos		
Pagamento na compra de investimentos	(34.952)	(33.442)
Pagamento na compra de imobilizados	(16.915.409)	(12.509.715)
Pagamento na compra de intangíveis	(125.156)	(103.369)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(17.075.517)	(12.646.546)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos/financiamentos	212.000	-
Pagamentos de empréstimos/financiamentos	(1.316.328)	(1.173.806)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(1.104.328)	(1.173.806)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.835.155	10.398.521
Varição líquida de caixa	1.835.155	10.398.521
Saldo Inicial em 01/JAN	100.555.044	90.155.523
Saldo Final em 31/DEZ	102.390.199	100.555.044

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)
Prof. Genesio Téo CPF 296.720.159-68
Presidente Jarlei Sartori CPF 014.578.699-42
Contador CRC/SC 022.105/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

PASSIVO	Nota Explicativa	ATIVIDADES			2018	2017
		ED. SUPERIOR	ED. BÁSICA	SAÚDE	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE		28.354.645	810.012	8.278.529	35.243.186	36.376.303
Empréstimos e financiamentos	11	803.999	-	-	803.999	918.139
Fornecedores		3.005.148	74.017	2.508.534	5.589.399	4.715.778
Ordenados e salários		4.752.886	113.363	832.423	5.698.571	5.942.607
Contribuições a recolher		1.575.637	42.536	310.383	1.928.536	1.991.954
Impostos a recolher		2.621.697	18.517	96.800	2.946.822	3.194.443
Outras obrigações a pagar		174.346	52.229	70.876	297.451	248.861
Adiantamentos de funcionamento	12	2.612.141	63.569	2.384.906	5.060.516	6.010.284
Obrigações com terceiros		1.347.600	30.152	-	1.377.752	1.348.936
Provisões de férias com encargos		9.198.247	215.029	1.446.442	10.859.718	11.308.574
Convênios		81.245	-	-	81.245	110.620
Receitas de subvenções diferidas	25	-	-	628.277	628.277	686.867
NÃO CIRCULANTE		1.633.959	-	16.639.164	18.273.133	18.475.739
Empréstimos e financiamentos	11	268.000	-	-	268.000	976.706
Provisão para ações judiciais	13	1.365.969	-	352.000	1.717.969	1.779.407
Receitas de subvenções diferidas	25	-	-	16.287.164	16.287.164	16.719.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	386.395.746	4.317.026	41.674.595	432.387.432	425.189.132
Patrimônio Social		226.594.017	1.242.961	36.520.214	264.857.192	250.834.985
Superávit do exercício		7.868.364	216.564	61.067	8.145.995	14.022.207
Ajustes de avaliação patrimonial		151.633.365	2.857.503	5.093.377	159.584.245	160.531.940
TOTAL PASSIVO		414.384.360	4.927.040	66.592.351	485.903.751	481.041.174

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)
Prof. Genesio Téo CPF 296.720.159-68
Presidente Jarlei Sartori CPF 014.578.699-42
Contador CRC/SC 022.105/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Contexto Operacional
A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, criada pela Lei do Município de Joazebo nº 545, de 28/NOV/68, como pessoa jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado, enquadrada na art. 242 da Constituição Federal, qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES), pela Portaria MEC/SERES nº 634, de 30 de outubro de 2014, de caráter educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, que atua na Educação Superior, do Colégio Superação e do Colégio Expressivo que atuam na Educação Básica, os quais tem por finalidade a educação, a pesquisa e a extensão, como mecanismos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, e do Hospital Universitário Santa Terezinha que tem por finalidade promover a saúde da população pelo atendimento médico, hospitalar, ambulatório e farmacológico, ambas regidas por estatuto social e pelas legislações aplicáveis. Foi decretada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1.640/82, utilidade pública estadual pela Lei nº 4.535/70 e de utilidade pública federal conforme dispõe o art. 2º, "a" c/c art. 84-B da Lei nº 13.019/2014 atualizado pela Lei nº 13.204 de 2015 (concedido originalmente pelo Decreto nº 87.741/82). O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foi renovado pelo Ministério da Educação pela Portaria nº 4 de 12/JUN/18, DOU 18/JUN/18, para o triênio de 01/JAN/13 a 31/DEZ/15; em 17/DEZ/15 por meio do processo nº 23000.0240712015-98, requerendo renovação do CEBAS para o triênio 01/JAN/16 a 31/DEZ/18, em 12/DEZ/18 por meio do processo nº 23000.040263/2018-94, requerendo renovação do CEBAS para o triênio 01/JAN/19 a 31/DEZ/21, os quais encontram-se no aguardo de análise.

2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis
As demonstrações financeiras, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e o que dispõe a Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14.

O detalhamento de tabelas nestas notas explicativas em relação ao exercício anterior apresentadas para fins de comparação, podem conter algumas reclassificações para melhoria da informação e comparabilidade. A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que pode afetar valores reportados de ativos e passivos em especial na divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela administração da entidade em 14/MAR/19.
2.1 – Base de Elaboração
Ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração avaliou a capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências reais para a descontinuação de suas atividades. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que estão mensurados ao valor justo e ao imobilizado que está avaliado com base no custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.
Com relação às principais práticas contábeis foram observados e adotados os seguintes procedimentos:

- a) **Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**
Os ativos e passivos com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses estão classificados como itens não circulantes.
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa**
Compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata ou aquelas para as quais não existem restrições para o resgate imediato. Estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedam o seu valor de mercado ou de realização.
- c) **Créditos do Ensino, Hospitalares, Diversos e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa**
Os créditos de ensino decorrem de valores correspondentes às mensalidades das atividades das educacionais vencidas até a data do balanço. Os créditos hospitalares correspondem aos valores vencidos e a vencer decorrentes da prestação de serviços de saúde e os créditos diversos estão representados pelos demais valores a receber, também decorrentes das atividades da Entidade.
Para fins de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa a Entidade a constitui em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. O critério utilizado é a totalidade dos créditos provenientes de títulos a receber (mensalidades) vencidos a mais de 180 dias e para os outros créditos (cheques, notas promissórias, etc.), a provisão está constituída sobre a totalidade de valores vencidos a mais de 90 dias.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em R\$ 1,00)

Atividades	Nota Explicativa	2018			2017		
		Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		227.521.085	5.591.738	56.506.290	289.619.113	297.160.826	
SERVIÇOS EDUCACIONAIS		176.531.085	5.591.738	-	233.112.823	243.693.434	
Ensino		176.531.085	4.377.653	-	180.911.337	190.754.243	
Pesquisa		226.101	-	-	226.101	129.829	
Extensão		7.656.035	108.546	-	7.764.581	5.800.522	
Outros serviços		866.981	1.424	-	867.365	923.656	
Bolsas de estudo – CEBAS	16	39.131.604	1.021.026	-	40.152.629	41.757.277	
Outras bolsas de estudo	16	3.078.000	82.780	-	3.160.780	4.258.107	
SERVIÇOS DE SAÚDE		-	-	56.506.290	56.506.290	53.467.182	
SUS		-	-	40.121.215	40.121.215	36.205.253	
Convênios		-	-	11.855.368	11.855.368	10.036.159	
Particulares		-	-	4.718.633	4.718.633	5.215.478	
Outros serviços		-	-	11.074	11.074	10.302	
(-) DEDUÇÕES		(56.207.520)	(1.332.077)	(307.279)	(57.846.876)	(60.979.085)	
(-) Deduções ensino/pesquisa/extensão/outras	17	(13.997.516)	(228.262)	-	(14.225.778)	(14.866.815)	
(-) Deduções de bolsas de estudos – CEBAS	23	(39.131.604)	(1.021.026)	-	(40.152.629)	(41.757.277)	
(-) Deduções de outras bolsas de estudo		(3.078.000)	(82.780)	-	(3.160.780)	(4.258.107)	
(-) Deduções serviços de saúde	17	-	-	(307.279)	(307.279)	(65.896)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		171.313.565	4.259.661	56.199.011	231.772.237	236.181.561	
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(137.531.986)	(4.054.492)	(56.609.503)	(198.195.981)	(204.197.244)	
Custos educacionais	18	(137.531.986)	(4.054.492)	-	(141.566.478)	(148.474.202)	
Custos de saúde	19	-	-	(56.609.503)	(56.609.503)	(55.723.042)	
RESULTADO BRUTO		33.781.579	205.169	(410.492)	33.676.256	31.984.317	
(-) Despesas administrativas	20	(29.985.161)	(87.458)	(3.113.053)	(33.185.672)	(30.074.907)	
(+) Outras receitas operacionais		2.789.759	645.104	38.002	3.472.865	2.195.952	
(-) Outras despesas operacionais	21	(2.812.817)	(130.717)	(136.994)	(3.080.528)	(2.354.297)	
(+) Resultado financeiro líquido		6.259.079	(474.212)	917.892	5.702.759	5.225.172	
(+) Resultado operações internas		(1.842.399)	-	1.842.399	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		7.198.300	157.886	(892.246)	6.485.880	10.997.237	
(+) Outras receitas e despesas		(218.350)	37.840	883.030	712.620	2.103.057	
SUPERÁVIT DO PERÍODO		6.979.950	195.826	30.784	7.198.300	13.070.294	

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)
Prof. Genesio Téo CPF 296.720.159-68
Presidente Jarlei Sartori CPF 014.578.699-42
Contador CRC/SC 022.105/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 01/JAN/2017 A 31/DEZ/2018 (Em R\$ 1,00)

	PATRIMÔNIO SOCIAL		AJUSTES DE AV. PATRIMONIAL		SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		TOTAL GERAL
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
SALDOS EM 01/JAN/2017	237.065.120	161.483.853	-	-	13.569.895	-	412.118.838
Transferência de saldo	-	-	-	-	(13.569.895)	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	13.070.294	-	13.070.294
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(951.913)	-	-	951.913	-	-
SALDOS EM 31/DEZ/2017	250.634.985	160.531.940	-	-			

d) Estoques

Os produtos em estoque estão demonstrados pelo custo médio de aquisição líquidos de eventuais provisões para perdas, quando aplicável.

e) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

f) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, ajustado pelo custo atribuído (de acordo com o ICPC-10), deduzidos das depreciações acumuladas. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens, sendo: 10% a 33,3% para móveis e utensílios, 10% a 33,3% para máquinas/equipamentos, 20% para acervo bibliográfico, de 20 a 50% veículos, 12,5% a 50% para equipamentos de informática, 2,22% para Imóveis (Construções e benfeitorias) e 20% de amortização para software. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo atribuído menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados e são submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade. Os que possuem vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada e são submetidos ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que podem estar desvalorizados.

h) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades da Entidade e estão classificados no passivo circulante quando os prazos de vencimento são de até um ano e no passivo não circulante para prazos superiores.

i) Imposto de Renda e Contribuições Sociais

A Fundação goza de imunidade tributária de impostos, conforme art. 150, inciso VI, alínea "c" e contribuições sociais conforme art. 195, § 7º ambos da Constituição Federal de 1988, por se tratar de instituição de educação e entidade beneficente de assistência social que atende às exigências estabelecidas em lei.

j) Provisão para Férias e Encargos

E constitui em função do período aquisitivo até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais.

k) Subvenções e Assistências Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições são satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, atendidas as condições da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Entidade recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao princípio contábil da competência.

3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta conta apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Caixa	56.322	5.530	4.151	66.003	112.208
Bancos	470.014	5.680	12.561	488.244	634.524
Banco conta vinculada	12	-	24.001	24.013	25.172
Aplicações financeiras sem vinculação	85.523.895	691.063	14.631.486	100.846.444	97.928.952
Aplicações financeiras contas vinculadas	86.058	-	899.437	985.495	1.854.188
Total	86.116.301	702.262	15.571.636	102.390.199	100.555.044

4 – Créditos do Ensino e Hospitalares

A conta apresenta os créditos do ensino superior e básico e os créditos hospitalares por serviços prestados aos convênios (públicos e privados) e particulares, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Créditos de Mensalidades do Ensino Superior	10.657.006	-	-	10.657.006	12.527.038
Créditos de Mensalidades do Ensino Básico	-	218.293	-	218.293	208.189
Créditos de Fies	1.393.493	-	-	1.393.493	2.268.835
Crédito Educativo Institucional	921.423	-	-	921.423	773.283
Créditos de Pós-Graduação	3.016.589	-	-	3.016.589	2.510.043
Créditos de Extensão	1.679.963	2.598	-	1.682.561	303.490
Créditos da Pesquisa	47.225	-	-	47.225	10.406
Créditos de Convênio	19.259	-	-	19.259	4.375.630
Créditos hospitalares de convênios	-	-	7.296.505	7.296.505	7.378.640
Créditos hospitalares de particulares	-	-	177.674	177.674	190.261
Total	17.637.996	220.891	7.474.179	25.333.066	30.544.215

5 – Créditos Diversos

Esta conta apresenta a seguinte composição a seguir:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Cheques devolvidos	886.097	22.357	28.143	937.597	1.111.207
Cheques em custódia	1.025.526	-	28.960	1.054.486	1.267.129
Cheques a receber	137.523	-	73.982	211.505	214.770
Notas promissórias a receber	3.957.959	129.252	-	4.087.211	4.058.578
Títulos renegociados	737.412	-	-	737.412	604.515
Cartão de crédito	616.755	26.966	72.236	615.950	504.103
Outras contas a receber	42.341	11.163	148	53.652	707.943
Total	7.393.613	263.723	130.487	7.697.823	8.466.246

6 – Adiantamentos de Funcionamento

Esta conta apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Adiantamentos de fornecedores	34.110	3.069	95.000	127.179	130.384
Adiantamentos de pessoal (salário, férias)	5.583.019	141.596	118.265	5.862.880	6.094.582
Total	5.617.129	144.665	208.265	5.990.059	6.224.966

7 – Realizável a Longo Prazo

O realizável a longo prazo apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Depósitos judiciais	1.173.822	-	43.714	1.217.536	1.603.128
Crédito financeiro operacional	5.312.077	-	-	5.312.077	3.512.173
Provisões para imobilizações futuras	-	-	-	-	1.000.000
Créditos diversos	812.082	-	-	812.082	790.421
Total	7.297.981	-	43.714	7.341.495	6.816.322

Os depósitos judiciais referem-se a recursos decorrentes de ações trabalhistas em tramitação e depósito judicial de ação de desapropriação de imóvel urbano no município de Xanxerê, SC.

8 – Investimentos

A conta de investimentos apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00				
	31/DEZ/18			31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado	Consolidado
Obras de arte	17.730	-	7.200	24.930	19.200
Outras de capital de Cooperativas de Crédito	489.372	300	-	489.672	439.420
Total	489.072	300	7.200	493.572	458.620

9 – Imobilizado

A conta de Ativo Imobilizado apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Acervo bibliográfico	20.170.932	(14.519.912)	5.654.020	6.071.312
Benfeitorias em propriedades terceiros	863.644	(82.585)	781.059	831.128
Direito de uso software	175.894	(133.829)	42.065	13.507
Edifícios e instalações	194.890.322	(17.899.188)	176.991.134	173.776.691
Equipamentos de Informática	15.989.355	(11.516.141)	4.473.214	2.638.995
Máquinas, equipamentos e aparelhos	46.450.163	(25.592.755)	20.857.408	22.227.714
Móveis, utensílios e ferramentas	18.375.731	(14.607.378)	3.768.353	4.006.758
Popo artesiano	194.673	(77.870)	116.803	120.112
Terrenos	117.931.967	-	117.931.967	115.830.475
Veículos	2.153.392	(1.155.047)	997.345	871.417
Juros s/ aquisição de imobilizado	410.456	(167.657)	242.799	251.912
Leasing de veículos	40.813	-	-	-
Leasing máquinas e equipamentos	593.169	(593.169)	-	10.970
Tratores	138.400	(61.615)	76.785	40.407
Florestamento e reflorestamento	2.214	-	2.214	2.214
Outras preliminares e complementares	4.884.373	(1.243.303)	3.641.070	2.849.104
Imobilizações em andamento	9.167.445	-	9.167.445	8.995.270
Total	432.232.943	(87.799.462)	344.433.481	338.436.194

O ativo imobilizado da Instituição apresentou o seguinte movimento:

Descrição	Saldo líquido em 2017	Adições	Doações	Transferência	Custo do bem		Saldo líquido em 2018
					Depreciação anual	Depreciação acumulada	
Acervo bibliográfico	6.071.312	502.964	26.122	-	(1.270)	(1.845.108)	5.554.020
Benfeitorias em propriedades terceiros	831.128	-	-	-	(26.943)	(23.126)	781.059
Direito de uso software	13.507	41.441	-	-	-	-	42.065
Edifícios e instalações	173.776.891	4.068.961	-	2.295.058	-	(3.130.766)	176.991.134
Equipamentos de informática	2.638.995	3.093.447	1.184	49.095	(9.530)	(1.290.877)	4.473.214
Máquinas, equipamentos e aparelhos	22.227.714	2.436.972	59.182	(69.981)	(45.759)	(3.700.820)	20.857.408
Móveis, utensílios e ferramentas	4.006.766	832.654	14.461	-	(7.214)	(1.138.524)	3.768.353
Popo artesiano	120.112	5.200	-	-	-	(8.500)	116.803
Terrenos	115.830.475	2.301.492	-	-	-	-	117.931.967
Veículos	871.417	441.772	-	-	(21.150)	(294.694)	997.345
Juros s/ aquisição de imobilizado	251.912	-	-	-	-	(6.113)	242.799
Leasing de veículos	-	-	-	-	-	-	-
Leasing máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Tratores	40.407	74.900	-	-	-	(10.070)	76.785
Florestamento e reflorestamento	2.214	-	-	-	-	(26.722)	86.585
Outras preliminares e complementares	2.849.104	66.800	-	-	-	(182.419)	3.441.070
Imobilizações em andamento	8.995.270	3.058.608	(2.871.857)	(14.574)	-	-	9.167.445
Total	338.438.194	16.915.409	100.940	-	(125.540)	(10.894.531)	344.433.481

10 – Intangível

Os valores de intangível apresentam a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Carteira de clientes	5.097.804	(5.097.804)	-	-
Direito de uso softwares	3.730.119	(3.133.565)	596.554	639.165
Total	8.827.923	(8.231.672)	596.251	639.165

O ativo intangível da Instituição apresentou o seguinte movimento:

Descrição	Saldo líquido em 2017	Adições	Custo do bem	Amortização anual	Saldo líquido em 2018
Total	839.105	125.156	-	(368.010)	596.251

11 – Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não-Circulante

Composição dos valores das contas de empréstimo e financiamentos registrados no passivo circulante:

Descrição	Passivo Circulante				Em R\$ 1,00	
	Taxa	Garantia	Veto	31/DEZ/18	31/DEZ/17	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/1)	5,00% URMBNDES	b	ABR/20	60.589	51.698	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/2)	4,30% URMBNDES	b	ABR/20	136.354	116.277	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/3)	4,30% URMBNDES	b	ABR/20	272.706	232.554	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/4)	5,30% URT,LP	b	ABR/20	334.348	332.030	
Banco do Brasil - FINAME	3,00% aa	a	MAJ/17	-	186.610	
TOTAL				803.999	919.139	

Composição dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante:

Descrição	Passivo Não Circulante				Em R\$ 1,00	
	Taxa	Garantias	veto	31/DEZ/18	31/DEZ/17	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/1)	5,00% URMBNDES	b	ABR/20	20.190	68.890	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/2)	4,30% URMBNDES	b	ABR/20	45.451	155.036	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/3)	4,30% URMBNDES	b	ABR/20	90.503	310.073	
Bco Santander/BNDES (60053690-01/4)	5,30% URT,LP	b	ABR/20	111.450	412.707	
TOTAL				288.000	976.706	

Garantias: a) Penhor dos próprios bens financiados; b) A garantia é o aval dos diretores.

12 – Adiantamentos de Funcionamento

Os adiantamentos de funcionamento apresentam a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,0				
-----------	------------	--	--	--	--

CUSTOS EDUCACIONAIS	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	109.842.168	2.973.058	112.815.226	118.064.386
Terceiros	9.101.582	230.095	9.331.677	10.336.967
Material	3.982.470	858.155	4.840.625	4.383.088
Outras*	7.456.635	138.185	7.594.820	7.806.312
Depreciações e amortizações	6.639.966	59.989	6.699.955	6.418.811
Bolsas de estudo	700.160	-	700.160	1.363.638
TOTAL	137.531.986	4.054.492	141.586.478	148.474.202

* No grupo de contas "outras" estão somados custos de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, água, energia elétrica, aluguel, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

19 - Custos dos serviços de atividade em Saúde

O custo da atividade em saúde corresponde as seguintes contas:

CUSTOS DA SAUDE	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	35.091.606	547.294	35.638.900	35.821.676
Terceiros	1.884.508	7.542.357	9.426.865	1.552.247
Material	14.987.357	1.364.130	16.351.487	14.122.609
Outras*	1.714.886	1.090.338	2.805.224	1.537.456
Depreciações e amortizações	2.931.146	1.620.089	4.551.235	2.686.654
TOTAL	56.609.503	9.667.612	66.277.115	55.723.042

* No grupo de contas "outras" estão somados custos de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, bolsas de estudo, água, energia elétrica, aluguel, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

20 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem as seguintes contas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Enseio	Saúde	Consolidado	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	18.785.575	2.313.476	21.099.051	20.808.417
Terceiros	7.295.063	547.294	7.842.357	5.944.919
Material	1.299.426	94.704	1.394.130	795.014
Outras*	987.526	102.812	1.090.338	824.208
Depreciações e amortizações	1.574.322	54.757	1.629.089	1.694.574
Bolsas de estudo	130.207	-	130.207	205.775
TOTAL	30.072.619	3.113.053	33.185.672	30.072.907

* No grupo de contas "outras" estão somados despesas de alimentação, deslocamento, inscrições/mensalidades de cursos, contribuições a entidades de classe, água, energia elétrica, aluguel, seguros, despesas postais, fretes e custos equivalentes.

21 - Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais têm a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado
Perdas estimadas com crédito liquidação duvidosa	2.495.460	127.785	124.967	2.748.212
Tributárias	317.357	2.932	12.027	332.316
Total	2.812.817	130.717	136.994	3.080.528

22 - Custos e Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal englobam as remunerações e todos os encargos sociais incidentes, exceto a contribuição ao INSS (quota patronal), imunidade tributária que a Fundação usufrui decorrente do art. 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 e pela aplicação em gratuidades pela certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social. Essas despesas, sem a inclusão dos valores da contribuição ao INSS quota patronal, foram:

Descrição	Em R\$ 1,00			
	31/DEZ/18		31/DEZ/17	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Saúde	Consolidado
Custos com Pessoal	105.942.168	2.973.058	36.091.606	147.706.832
Despesas com Pessoal	19.598.117	67.458	2.313.476	21.099.051
Total de Custos e Despesas com Pessoal	125.540.285	3.050.516	37.405.082	168.805.883

Receita Operacional Bruta	227.521.085	5.591.738	56.505.290	289.618.113	297.150.626
Percentual Sobre a Receita Operacional Bruta	56,41%	54,73%	66,20%	58,29%	56,72%

A Fundação é uma Instituição criada pelo poder público, contudo, mantida com recursos privados. Dessa forma, não necessita observar os critérios estabelecidos pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação, que vincula parte da receita a ser aplicada com despesas de pessoal.

23 - Gratuidades nas Atividades Assistenciais da Educação

Na escrituração contábil os atos e fatos são segregados por área de atuação obedecendo a fim de possibilitar a comprovação dos requisitos para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em Educação e Saúde, em consonância com a interpretação ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial o item 27, "m", bem como os artigos 13 e 13A da Lei nº 12.101/09 com alterações posteriores e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14.

23.1 - Concessão de Bolsas de Estudo Integrais e Parciais de 50%

Como Mantenedora de instituição de educação superior e de educação básica, as atividades de assistência social desenvolvidas pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC - consistem em concessão de bolsas de estudos integrais e parciais de 50% com escopo de incluir estudantes socioeconomicamente carentes na educação superior e na educação básica.

23.1.1 - Bolsas Concedidas a Estudantes de Graduação da Educação Superior

Porte aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), na forma do caput do art. 11 da Lei nº 11.096/05, a Fundação atende as condições previstas no art. 13A, da Lei 12.101/09, com alterações posteriores, e concede bolsas integrais e bolsas parciais de 50%, a estudantes pré-selecionados pelo MEC.

Nos termos do § 3º, art. 13A, da Lei 12.101/09 com alterações posteriores e, para atendimento das vagas de bolsas ofertadas e não preenchidas no âmbito do Prouni, excepcionalmente, são concedidas bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% oferecidas fora do Prouni a alunos selecionados pelo perfil socioeconômico, brasileiros, não portadores de diploma de curso superior, preferencialmente provenientes de escolas públicas, que mantenham bom aproveitamento acadêmico e que atendam o critério de renda familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais e até 3 (três) salários mínimos para bolsas de estudo parciais de 50%.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de bolsas de estudo e montante destinado

Educação Superior	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	2011	26.208.884
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	9	107.982
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	1970	12.056.565
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	50	628.141
Montante destinado a bolsas de estudo		39.001.472

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo

Art. 13A e 13C da Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)

Educação Superior	Número de alunos e de bolsas de estudo
a) Número de alunos matriculados (Censo)	14.360
b) Número total de Alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	2.020
c) Número de Alunos pagantes (alunos matriculados (a) - bolsas integrais - (b))	12.340
d) Número total de Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	2.020
e) Número total de bolsas integrais equivalentes (bolsas integrais (b) + bolsas parciais (d) x 0,5)	3.030
f) Quantidade mínima de bolsas 1/5 (uma bolsa integral equivalente para cada 5 alunos pagantes) ((c) / 5)	2.468
g) Saldo da proporção 1/5 (e) - (f)	(+) 562 atendido
h) Quantidade mínima de bolsas 1/9 (uma bolsa integral para cada 9 alunos pagantes) ((c) / 9)	1.372
i) Saldo da proporção 1/9 (h) - (b)	(+) 848 atendido

23.1.2 - Bolsas Concedidas a Estudantes da Educação Básica

Nos termos do art. 13, da Lei 12.101/09 com alterações posteriores, no âmbito da Educação Básica, a Fundação concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% aos estudantes que se enquadram no perfil socioeconômico, preferencialmente que residam próximo dos colégios e que atendam o critério de renda familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais e até 3 (três) salários mínimos para bolsas de estudo parciais de 50%.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de Bolsas de Estudo e Montante Destinado

Educação Básica	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	88	500.545
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	132	430.480
Montante destinado a bolsas de estudo		1.021.025

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo

Art. 13 e 13C da Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)

Educação Básica	Número de alunos e de bolsas de estudo
a) Número de alunos matriculados (Censo)	791
b) Número total de Alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	88
c) Número de Alunos pagantes (alunos matriculados (a) - bolsas integrais - (b))	703
d) Número total de Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	132
e) Número total de bolsas integrais equivalentes (bolsas integrais (b) + bolsas parciais (d) x 0,5)	154
f) Quantidade mínima de bolsas 1/5 (uma bolsa integral equivalente para cada 5 alunos pagantes) ((c) / 5)	141
g) Saldo da proporção 1/5 (e) - (f)	(+) 13 atendido
h) Quantidade mínima de bolsas 1/9 (uma bolsa integral para cada 9 alunos pagantes) ((c) / 9)	79
i) Saldo da proporção 1/9 (h) - (b)	(+) 9 atendido

23.2 - Concessão de Bolsas de Estudo TAG - Termo de Ajuste de Gratuidade

Adicionalmente as bolsas de estudo concedidas conforme nota explicativa anterior (23.1), excepcionalmente, são concedidas bolsas de estudo integrais a alunos selecionados pelo perfil socioeconômico, brasileiros, não portadores de diploma de curso superior, preferencialmente provenientes de escolas públicas, que mantenham bom aproveitamento acadêmico e que atendam o critério de renda familiar mensal per capita de até 1 1/2 (um e meio) salário mínimo para bolsas integrais, e até 3 (três) salários mínimos, para bolsas de estudo parciais de 50%, conforme dispõe a Portaria nº 4, de 12/JUN/2018, exarada nos autos do processo nº 23000.011213/2012-12 pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no cumprimento do Termo de Ajuste de Gratuidade nº 04/18.

Apresentamos relatório sintético de concessão de bolsas no exercício de 2018:

Número de bolsas de estudo e montante destinado

Educação Superior e Básica	Número de bolsas de estudo	Montante destinado Em R\$ 1,00
Alunos bolsa integral (Educação Superior)	19	130.139
Montante destinado a bolsas de estudo		130.139

24 - Gratuidades na Atividade Hospitalar

Na atividade hospitalar, o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, mantido pela FUNOESC, atende o que dispõe a Lei nº 12.101/09 com alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e aplicou as disposições no art. 143, § único, inciso I combinado com art. 146 e 153 da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 1/17 (consolidado a redação da Portaria nº 834/16), ofertando a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% e comprovando, anualmente, com base no somatório das internações hospitalares e dos atendimentos ambulatoriais.

Composição dos atendimentos na atividade hospitalar da mantida HUST	Nº	%	Nº	%
Internações hospitalares	39.930	100	34.682	100,00
Número de paciente-dia/ano SUS	54.031	95,23	29.064	83,32
Número de paciente-dia/ano não SUS	5.899	14,77	5.618	16,68
Atendimentos ambulatoriais	231.111	100	183.134	100,00
Número de atendimentos ambulatoriais/ano SUS	219.920	95,16	183.130	93,84
Número de atendimentos ambulatoriais/ano não SUS	11.191	4,84	12.024	6,16

Em 2018 o HUST prestou serviços ao Serviço Único de Saúde - SUS em proporção superior ao mínimo exigido na legislação. Em internações hospitalares atingiu percentual de 85,23%, medidas por paciente-dia; em 2017 atingiu 83,32%. Em atendimentos ambulatoriais atingiu percentual de 95,16%, em 2017 atingiu 93,84%.

25 - Imunidades de Contribuições Sociais Usufruídas

Em contrapartida aos valores aplicados em gratuidades, a FUNOESC usufruiu de imunidade das contribuições sociais. Em atendimento às normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, em especial o item 27 "c" da ITG 2002 (R1) que trata de entidades sem finalidade de lucro, relacionamos os tributos vinculados a atividade:

25.1 - Atividade Educacional:

Composição das benefícios fiscais usufruídos (contribuições sociais)	Em R\$ 1,00			
	2018		2017	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
INSS - Contribuição Previdenciária	26.269.480	299.772	26.569.252	29.421.730
COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	6.136.407	127.760	5.267.197	5.483.437
Valor das imunidades de contribuições sociais usufruídas	33.405.887	427.562	33.836.449	34.905.167

25.2 - Atividade Hospitalar:

Composição dos benefícios fiscais usufruídos (contribuições sociais)	Em R\$ 1,00			
	2018		2017	
	Ed. Superior	Ed. Básica	Consolidado	Consolidado
INSS - Contribuição Previdenciária	3.870.365	-	3.870.365	-
COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	1.696.269	-	1.696.269	-
Valor das imunidades de contribuições sociais usufruídas	5.566.634		5.566.634	

26 - Receitas de Subvenções Diferidas

As receitas de subvenções diferidas, registradas no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, estão classificadas conforme norma do Conselho Federal de Contabilidade - NBC TG 07 (R2) a qual dispõe sobre subvenção e assistência governamentais e referem-se a recursos recebidos por meio de convênios com o Estado de Santa Catarina para aquisição de equipamentos hospitalares, revitalização e ampliação do Hospital Universitário Santa Terezinha em Joazebo - SC. Estas receitas de subvenções serão transferidas para o resultado em base sistematizada durante o prazo de vida útil dos respectivos ativos.

27 - Cobertura de Seguros

O Imobilizado da Fundação está totalmente segurado, com cobertura total contra roubo, vendaval, inundação, incêndio, baixa voltagem, descarga elétrica. O seguro compreende os imóveis, as instalações, móveis e utensílios, maquinários e equipamentos, acervos, almoxarifado e veículos.

28 - Evento subsequente

A Funoesc arrematou, de forma originária, os bens (móveis e utensílios, equipamentos, acervo, laboratórios e outros) e direitos acadêmicos sobre os alunos, relacionados nos autos do processo nº RTOrd 0000577-83.2016.5.12.0025, cujo executado é a Celar Faculdades LTDA, pelo montante de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). A aquisição ocorreu por arrematação em praça única conforme Autos de Arrematação de 12/FEV/2015.

Prof. Genesio Téo CPF 296.720.159-68 Jarlei Sartori CPF 014.578.699-42
Presidente Contador CRC/SC 022.105/0-6

RESOLUÇÃO Nº 01/CONSELHO CURADOR/FUNOESC/2019

Approva o encaminhamento do Balanço do exercício findo em 31/12/2018 da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, para análise da Assembleia Geral. O Presidente do Conselho Curador da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, Jorge Luiz Dresch, no uso das atribuições do seu cargo, conforme deliberação do Conselho em 02 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o encaminhamento do Balanço do exercício findo em 31/12/2018, que corresponde ao conjunto de Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina-Uoesc, do Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, e das Unidades de Educação Básica Colégio Superação e Colégio Expressivo, para análise da Assembleia Geral.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Joazebo, SC, em 02 de abril de 2019.

Prof. Jorge Luiz Dresch, Presidente do Conselho Curador da Funoesc

RESOLUÇÃO Nº 01/ASSEMBLEIA GERAL/2019

Approva o Balanço do exercício findo em 31/12/2018 da Funoesc. O Presidente da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, Prof. Genesio Téo, no uso das atribuições do seu cargo e por deliberação da Assembleia Geral em 11 de abril de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Balanço do exercício findo em 31/12/2018, que corresponde ao conjunto de Demonstrações Financeiras da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funoesc, Mantenedora da Universidade do Oeste de Santa Catarina-Uoesc, do Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, e das Unidades de Educação Básica Colégio Superação e Colégio Expressivo, e se refere ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, de acordo com o Parecer nº 01/AG/2019, que é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Joazebo-SC, em 11 de abril de 2019.

Prof. Genesio Téo, Presidente da Funoesc

FERIADO Comércio vai funcionar nesta Sexta-feira Santa

Funcionamento fica a critério das lojas. Não haverá atendimento domingo (21)

CHAPECÓ

Nesta sexta-feira (19), o comércio de Chapecó, em geral, pode funcionar. A decisão fica a critério de cada estabelecimento, conforme a convenção coletiva de trabalho firmada entre o Sindicato do Comércio da Região

de Chapecó (Sicom) e o Sindicato dos Comerciantes. Mas domingo de Páscoa não haverá atendimento, somente em locais que possuam autorização legal para funcionamento, independentemente da convenção coletiva.

O domingo de Páscoa é uma das qua-

tro datas onde não deve ocorrer atendimento, junto com o Dia do Trabalho, o Natal e Ano-Novo. Essa definição, conforme o presidente do Sicom, Marcos Antonio Barbieri, decorre da intenção de facilitar o lazer dos funcionários e empresários, nessas datas comemorativas especiais.

AUMENTO NAS VENDAS NA PÁScoa

A pesquisa realizada pelo Sicom, em conjunto com a Federação do Comércio, indica um aumento de 62,1% nas vendas em relação ao ano passado. A previsão do gasto médio é de R\$ 195,63. O levantamento mostra que a preferência de compra pelos consumidores é por chocolates industrializados (79,5%) e por vestuário ou calçados (15,2%).

Auto Viação define horários para o feriadão de Páscoa

A Auto Viação Chapecó divulgou como ficarão os horários do transporte coletivo urbano em Chapecó durante o feriadão de Páscoa. Como a sexta-feira Santa é um feriado religioso que está incluído nas legislações federal e municipal, o trans-

porte coletivo urbano seguirá os horários estabelecidos para os domingos e feriados.

Sábado, os horários serão os normais para esse dia da semana, e o mesmo está programado para o próximo domingo. Diariamente a empresa cumpre, em decorrência do

fluxo de passageiros, 990 viagens, enquanto em domingos e feriados esse número é de 260. Em termos de quilometragem, em média são 16 mil quilômetros em dias úteis, oito mil quilômetros em sábados e quatro mil quilômetros aos domingos.

Páscoa do Shopping Pátio terá Toca do Coelho e ação solidária

A Páscoa é uma das datas mais esperadas pelas crianças. Neste período, o Shopping Pátio Chapecó, além da tradicional "Toca do Coelho", direcionada aos pequenos, realiza a "Páscoa Solidária", que constará de comercialização de ovos e cestas decoradas pelos usuários e professores da Apeae Chapecó.

A Toca do Coelho é atração que ocorre

nesta sexta-feira, dia 19, e no sábado, na praça de alimentação, das 14h às 20h, com entrada gratuita. Esse evento tem o objetivo de oferecer um espaço lúdico para que as crianças de três a 12 anos brinquem à vontade e ainda possam desenvolver habilidades artísticas com a customização de orelhinhas de coelho e pintura de desenhos alusivos à data.

Programação

Faz parte da programação a "Páscoa Solidária", que ocorre neste sábado à tarde, com a comercialização de ovos com e sem cricri e cestas decoradas. O público encontrará entre as opções para presentear, a cesta tradicional de papel de seda, no valor de R\$ 15, e a cesta de papel crepom por R\$ 15. Além disso, a feira tem ovos com cricri, por R\$ 28 a dúzia, e pintados sem cricri por R\$ 12 a dúzia. Conta, ainda, com ovos decorados com fios de crepom, por R\$ 20 a dúzia, e os ovos decorados com tecidos, por R\$ 15 a dúzia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina
Joaçaba - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina ("Fundação"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres da distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda extinguir a Fundação destinando o seu patrimônio para outra instituição congênera, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações

forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cascavel-PR, 14 de março de 2019.

MJK AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR Nº 007.250/O-8 S/S/C

JANDIR KOTTWITZ
CONTADOR CRCPR Nº 035.534/O-5 S/S/C



A GENTE ENTREGA CONFIANÇA

Com a Ouro e Prata Encomendas a sua encomenda irá chegar ao destino com o máximo de agilidade e cuidado, esse é o nosso compromisso.

OURO E PRATA

ENCOMENDAS

Consulte nossos destinos em:
WWW.OUROEPRATAENCOMENDAS.COM.BR
(49) 3025.1616

VIOPEX



O MELHOR CONTEÚDO

Diário do Iguauçu online